SINDNAÇÕES - SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMBAIXADAS, CONSULADOS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMPREGADOS QUE LABORAM PARA ESTADO ESTRANGEIRO OU PARA MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO ESTRANGEIRO NO BRASIL

Filiado à CUT BRASIL, FETRACOM e contracs CUT

PROTOCOLO
02-Jun-2011-15:17-08140-2827
PGT/MPT PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

Oficio Nº 15/2011 - SINDNAÇÕES

Brasília, 01 de Junho de 2011

À
Doutora Débora Tito Farias
Coordenadora Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
Ministério Público do Trabalho
Nesta Capital

Ilustríssima Senhora Coordenadora,

Em matéria distribuída pela Agência Nacional tomamos conhecimento do trabalho que Vossa Senhoria coordena para erradicar o trabalho escravo no Brasil.

O SINDNAÇÕES vem pelo presente solicitar a inclusão do PNUD e diversos Organismos das Nações Unidas a ele vinculados, bem como a União, especialmente o Ministério das Relações Exteriores, na lista dos empregadores que desrespeitam a legislação trabalhista do Brasil, contratando sem direitos, para prestação de serviços em Ministérios, em dependências da União, com recursos da União, valendo-se de organismos internacionais como intermediadores de mão-de-obra.

Em setembro de 2008 (protocolo 866/2008) o SINDNAÇÕES, junto com o Fórum Brasileiro de Direitos Humanos, apresentou denúncia a esse MPT, documentando em detalhe e apensando lista de cerca de dez mil lesados em contratos rotulados como de trabalho escravo pelo Ministério do Trabalho pela falta de carteira de trabalho assinada e os correspondentes direitos assegurados na CLT para trabalhadores brasileiros, tais como férias, décimo terceiro, FGTS, licença-maternidade. Ademais, há mais de mil julgados pela justiça do trabalho contra estes mesmos organismos.

Assim, Doutora Débora, o número de lesados não é de apenas vinte mil, como consta na matéria da Agência Nacional, e sim de mais de trinta mil. E continua a acontecer. O mesmo conluio da União com os organismos internacionais, tudo orquestrado diplomaticamente pelo MRE, prossegue ali mesmo na Esplanada dos Ministérios.

O histórico desse MPT, tão brilhante, corajoso e de intervenções de alta relevância para o País em muitas outras situações, é, contudo, desolador na investigação destas violações, mesmo quando levadas ao seu conhecimento.

Já em 2003, por iniciativa do próprio MPT, foi levantada a questão com vista a proteger os trabalhadores desamparados. Resultou, no entanto, uma TAC na qual os maiores interessados nem mesmo foram chamados a se pronunciar. O conluio recebeu a chancela do MPT que apenas previu o encerramento deste tipo de contrato terceirizado, sem definir absolutamente nada sobre os direitos dos trabalhadores.

SDS ED. VENÂNCO VI, TÉRREO LOJA 73, BLOCO "O", ASA SUL-BRASÍLIA-DF-CEP: 70.393-904
FONE: (61) 3322-5656 – FAX: (61) 3223-3576
www.sindnacoes.org.br E-mail: sindnacoes@sindnacoes.org.br

Em 2008, esse MPT reuniu 07 (sete) procuradores, também com a missão de tratar do tema, alegadamente com foco nos direitos trabalhistas lesados. Este grupo, coordenado pela Procuradora Adriana Augusta de Moura Souza, Coordenadora de Assuntos Internacionais do MPT, Procuradora do Trabalho de Belo Horizonte, MG. Chegou a chamar o SINDNAÇÕES e o FBDH e ouviu de seus dirigentes um relato devastador sobre a situação de quase dez mil contratados, alguns já com causas ganhas e transitadas em julgado há mais de uma década e sem liquidação de suas sentenças. Na oportunidade foi informado, inclusive, que o assunto já era objeto de Denúncia ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Proc. P-233/06 Brasil). Os presidentes das entidades foram solicitados a apresentar formalmente uma denúncia ao MPT e isto foi atendido imediatamente (Prot. 866/08). Este documento prova a omissão consciente do MRE/ABC, encontrando-se, desde então, sem qualquer movimentação ou ação, com o Doutor Sebastião V. Caixeta.

Então, Doutora Débora, não é necessário vasculhar os rincões deste país em busca de carvoeiros escravos. Basta percorrer a Esplanada dos Ministérios e exigir que a legislação trabalhista seja obedecida; que o PNUD seja lançado no CADIN por ser inadimplente com o INSS por descumprir determinação judicial e para que nenhum organismo internacional receba recursos da União sem apresentar as devidas negativas de estar em dia com o INSS.

Reiteramos, pois, a solicitação de que os Ministérios com contratos terceirizados com o PNUD e outros organismos internacionais sejam incluídos na lista dos empregadores ora divulgada.

Atenciosamente

Raimundo de Oliveira
Presidente

SDS ED. VENÂNCO VI, TÉRREO LOJA 73, BLOCO "O", ASA SUL-BRASÍLIA-DF-CEP: 70.393-904
FONE: (61) 3322-5656 – FAX: (61) 3223-3576
www.sindnacoes.org.br E-mail: sindnacoes@sindnacoes.org.br

Trabalho escravo ainda faz 20 mil vítimas no país, diz MPT

Agência Brasil -

27/05/2011 15:16

O Brasil ainda tem cerca de 20 mil trabalhadores que atuam em condição análoga à escravidão e os atuais métodos de combate à prática criminosa ainda não são suficientes para zerar a conta. Quem admite a situação é o Ministério Público do Trabalho (MPT) que lançou nesta sexta-feira (27/5) uma campanha nacional para sensibilizar a sociedade desse problema que persiste mais de um século depois do fim da escravidão no país. A campanha busca atingir empresários, sociedade e trabalhadores por meio de propagandas de TV, rádio e uma cartilha explicativa.

A ideia é mostrar que o trabalho escravo não se configura apenas pela situação em que o trabalhador está preso em alguma propriedade no interior, sem comunicação. "A legislação penal brasileira mudou em 2003 e incluiu condições degradantes de trabalho e jornadas exaustivas como situações de trabalho escravo. O trabalho escravo não é só o que tem cerceio de liberdade, pode ser psicológico, moral", explica Débora Tito Farias, coordenadora nacional de erradicação do trabalho escravo do MPT.

Essa mudança na percepção está levando os órgãos fiscalizadores a encontrar novas situações de trabalho degradante também no meio urbano, como em confecções e na construção civil. A campanha pretende ajudar a sociedade a identificar e denunciar essas práticas. "A pressão social hoje é um fator muito importante em qualquer tipo de campanha. É importante que a sociedade perceba que a comida, o vestido pode ter um componente de trabalho escravo", afirma o procurador-geral do Trabalho, Otávio Lopes.

Segundo o procurador, a compra de produtos que respeitem a dignidade humana deve ser vista da mesma forma que já ocorre com produtos orgânicos e com a preservação da natureza. Atualmente, uma lista do Ministério do Trabalho detalha os empregadores que submeteram trabalhadores à condição análoga a de escravo. Mais conhecida como lista suja do trabalho, a publicação tem hoje 210 empregadores listados.

Lopes afirma que o principal problema para zerar o trabalho escravo no Brasil é a reincidência, uma vez que muitos trabalhadores resgatados e não qualificados acabam voltando para a situação que tinham antes. "Quando tiramos aquela pessoa da situação de trabalho e não damos uma alternativa de qualificação, não estamos ajudando, estamos enganando".

De acordo com o MPT, as parcerias para qualificação do trabalhador estão sendo firmadas com administrações estaduais e locais, de acordo com a necessidade econômica de cada região.